



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 13 DE JANEIRO DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Gonçalves Guiva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton do Rosário Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 10 horas e 50 minutos.

A 3.ª Comissão Especializada Permanente deu continuidade à análise, na especialidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2016, referente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades. Fizeram uso da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro

dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (Manuel Salvador dos Ramos), o Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública (Américo Ramos), os Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD), Aérton Crisóstomo (MLSTP/PSD), Fernando Maquengo (MLSTP/PSD) e Maria das Neves (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 11 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Mário Fernando

José Carlos Cabral d'Alva

Ivo da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo

Maria das Neves Batista de Sousa

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos agora perante a apreciação do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, que nas Grandes Opções Plano (GOP) diz que pretende «reforçar as relações externas e preservar a cooperação e a soberania nacional. No domínio da cooperação internacional, o Governo vai continuar a consagrar o reforço progressivo da intensidade e relevância dos projectos e acções desenvolvidas nas áreas de negócios estrangeiros.» Sr. Ministro, quais são os aspectos a desenvolver para 2016? Que nos viesse elencar o leque de acções, conforme o seu programado, já que estamos na fase da especialidade.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios estrangeiros.

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades** (Manuel Salvador dos Ramos): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Antes de mais, gostaria de fazer uma pequena introdução, se o Sr. Presidente assim o permitir. É para dizer que relativamente à execução do nosso orçamento de 2015 temos dados bastante actualizados, até 31 de Dezembro, e o nosso nível de execução situa-se na ordem de 63%, no conjunto de realizações que o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades levou a cabo ao longo do ano 2015.

Para o ano 2016, não temos grandes novidades, porque muitas das nossas actividades terão continuidade ao longo deste ano, nomeadamente no que respeita a consolidação e o reforço das nossas relações com os Estados com os quais São Tomé e Príncipe mantem as tradicionais relações de amizade, cooperação e de solidariedade. Ao longo deste ano iremos continuar nesta senda, num primeiro momento. Num segundo momento, abriremos outras fontes, melhor dizendo, iremos à conquista de novos espaços geopolíticos e económicos internacionais. Nessa perspectiva, gostaríamos de dizer que o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, sobre a orientação do Governo, no seu conjunto, pensa, ao longo de 2016, abrir novas frentes.

Uma nota, para dizer aos Srs. Deputados que, no ano passado, quando eu cá estive, defendi que iríamos abrir uma embaixada na República de Cabo Verde e neste momento só nos falta passar à parte prática da abertura da embaixada. Há um decreto que o Governo aprovou e que foi promulgado pelo Sr. Presidente da República, já temos as instalações e estamos a trabalhar nos aspectos práticos, no sentido da abertura da Embaixada de São Tomé e Príncipe, na República de Cabo Verde.

Também no ano passado tivemos uma conquista que se traduziu na inclusão da República Democrática de São Tomé e Príncipe na lista dos países que passarão a beneficiar da ajuda da Malásia. E neste momento temos aqui o Director de Gabinete de Gestão de Projectos da Malásia, que trabalha com o Governo na perspectiva de a partir deste ano 2016, São Tomé e Príncipe passar a beneficiar do apoio desse país asiático.

Pensamos em melhorar um pouco o desempenho das nossas missões diplomáticas. De ponto de vista de prestação, reconhecemos que as nossas missões diplomáticas não têm ainda respondido ao chamamento que a pátria delas faz e gostaríamos que os nossos agentes diplomáticos estivessem em

melhores condições de poder compartilhar nesse esforço nacional que é feito no sentido de mobilizarmos mais recursos e mais meios para o programa de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Temos uma responsabilidade no quadro da agenda de transformação que o Governo apresentou aos parceiros em Londres. Estaremos na primeira linha da implementação deste programa porque, como sabem, este programa tem uma componente externa bastante grande e importante. Portanto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades será chamado a participar de forma muito dinâmica na execução da implementação dessas agendas.

Portanto, em termos de introdução, é isto, mas estou aberto às diferentes perguntas que as Sras. e os Srs. Deputados desejarem fazer, e estou cá para responder.

O Sr. Presidente: — Depois da abordagem feita pelo Sr. Ministro, Srs. Deputados, as inscrições estão abertas para questionamentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. Danilson Cotú (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, seja bem-vindo à nossa Casa.

A minha preocupação é a seguinte: temos vindo a assistir a várias missões, mesmo ao nível parlamentar e ao nível do Governo, que passam por Portugal. Recentemente, eu vinha de uma missão parlamentar e pude perceber que os nossos compatriotas que trabalham na Embaixada em Portugal, trabalham com muita dedicação, é verdade, até fora de hora, porque trabalham de acordo com os voos e têm estado sobrecarregados entre o trabalho e o aeroporto. Estou a dar este exemplo, porque foi o que percebi. Não sei como é ao nível de outras embaixadas. É porque sempre tem um dirigente a passar por aí. Na verdade, o que pude apurar é que não têm acesso a horas extraordinárias. Gostaria de saber do Sr. Ministro o que é que o Ministério dos Negócios Estrangeiros está a prever em relação a isso, porque é uma questão de justiça. O cidadão, desde às 2 ou 3 horas da manhã, tem que estar no aeroporto para receber as delegações. Isso não é uma vez em um mês, é quase sempre. E agora com os voos da TAP que fazem mais ligações, há momentos que eles estão no aeroporto todos os dias que há voos de e para São Tomé e Príncipe. Daí que gostaria de saber o que é que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem em carteira para isso. Como eu já havia dito, tenho uma certa obsessão pelo tempo. Então, para quando é que se pretende dar um pouco mais de atenção a esses colaboradores?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades: — Sr. Deputado, é uma questão que também nos preocupa. A questão chegou-nos também através de uma carta subscrita por três motoristas. Acho que essa carta deve estar a circular aqui no País, não sei se teve acesso a ela. Os motoristas em Lisboa fizeram uma carta dirigida a mim, ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Presidente da República, a colocarem esse tipo de situações. Devo dizer, em primeiro lugar, que reconheço que os nossos motoristas em Lisboa trabalham bastante, mas é preciso dizer também que eles têm uma compensação. Agora, precisamos de melhorar algumas das vantagens que têm. É natural que, estando um grupo de funcionários a trabalhar todos os dias, certamente quererão ter um espaço livre para tratarem das suas coisas, olharem para as suas famílias, mas ao nível interno, quer ao nível do Governo, quer ao nível do Ministério propriamente dito, estamos a tomar as devidas precauções, para reduzirmos o impacto dessas presenças frequentes dos dirigentes. Primeiro, que passa por Lisboa e que têm que passar necessariamente pelo Salão VIP, porque é aí onde há problema. Portanto, nem todas as missões que passam por Lisboa devem passar pelo Salão VIP. Já tomamos essa decisão ao nível do Governo. Só aqueles que passarem ou estiverem em missão oficial para Portugal passarão a beneficiar desses apoios. É uma forma de reduzir essa presença frequente de todos os dias.

Outra medida, que vamos tomar, é olhar para esses subsídios todos que os motoristas têm e ver a sua legalidade. Como é que esses subsídios foram estabelecidos? Cada embaixador que passou por lá tomou a sua medida. Quando um embaixador chega, eles reclamam, fazem um despacho interno e atribuem um subsídio. Primeiro, essa não é a via mais correcta de fazer isso.

Segundo, vamos ver se a hora extraordinária está estabelecida e se houver espaço para introduzirmos horas extraordinárias ao nível da embaixada, vamos passar a introduzir de acordo com as regras, mas não fica bem do jeito que está lá. Temos lá motoristas que ganham muito mais do que os funcionários que trabalham no sector consular, porque ele tem um salário e depois têm os vários subsídios que cada embaixador foi estabelecendo, em função da reclamação que cada um foi fazendo. Desde 1990 e tal que há vários. Tenho, mas não trouxe os vários justificativos, vários despachos feitos por vários embaixadores a seu belo critério, não porque está estatuído assim. Portanto, não podemos agir dessa forma.

O que pensamos é trabalhar todos no sentido de eles serem compensados em função daquilo que de facto produzem.

Estou perfeitamente de acordo com essa questão que colocou, partilhamos essa opinião de que eles fazem muitos esforços, mas é preciso que as coisas sejam feitas de acordo com as normas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, eu considero essa pergunta muito pertinente, no ponto de vista que referiu. Recebem vários subsídios, estabelecidos pelos diferentes embaixadores, por vias de despachos. Agora, como são pagos esses subsídios? Advém de que fundos?

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**: — Através de receitas consulares.

O Sr. **Presidente**: — Exactamente. Hoje nas receitas consulares, basicamente as embaixadas estão pobres. Com a abertura das nossas fronteiras, em que a necessidade de concessão de vistos já não é a título de pagamento, certo que esses subsídios já não vão acontecer. Por isso, acho muito pertinente a pergunta do Sr. Deputado Danilson Cotú, no sentido de realocar uma verba que venha complementar ou senão substituir os tais subsídios, em detrimento das horas extraordinárias.

Como referiu, aquelas receitas consulares basicamente deixarão de existir, porque quem requer os vistos deixará de requerer.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, é só para complementar o que disse Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros, referindo-se a um aspecto que o Sr. Presidente levantou, que achei pertinente explicar.

Mesmo existindo essas receitas consulares, a atribuição desses subsídios não cumprem o que está estatuído na lei. Ou seja, o pagamento, utilizando receitas consulares, era ilegal. Antes dessa metodologia, os motoristas recebiam em função das actividades que decorrem dos seus termos de referências. Estou de acordo que haja compensação salarial para quem trabalha um pouco mais, mas esses motoristas, pelo que sei, trabalham por turnos. Trabalham por turnos e, em função dessa actividade, recebem uma compensação que deve estar no Orçamento Geral do Estado (OGE).

Por isso, quero aqui defender que as receitas consulares, não podem ser vistas como sustento para o funcionamento das missões diplomáticas.

Temos que fazer opções claras em relação à afectação de recursos suficientes para o funcionamento das nossas missões diplomáticas, não fazendo elas dependerem daquelas receitas que consideramos extraordinárias.

Se o Governo tomou a decisão de isentar o pagamento de vistos para quem visita São Tomé e Príncipe num período não superior a 15 dias, em determinados países, isso tem que ser visto numa perspectiva de aumento das receitas internas também e essas receitas servirão, por sua vez, para afectar recursos às embaixadas, porque os turistas que virão, farão aumentar as receitas internas, que são utilizadas correctamente para a afectação de recursos.

É o que me oferece explicar em relação a essa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, Sras. e Srs. Deputados: De qualquer forma, na colocação da pergunta pelo Sr. Presidente, senti-me um pouco ultrapassado na essência da pergunta que queria fazer, mas surgiu-me uma outra pergunta. Antes da isenção de vistos aos turistas que visitam o nosso país, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, juntamente com o Ministério das Finanças, promoveu algum estudo do impacto financeiro, que advinha da introdução dessa medida? Porque de facto eu percebi, no espírito daquilo que é a lei da isenção de vistos, que o objectivo principal era no fundo promover a entrada de turistas no nosso país. Ou seja, facilitar, em termos processuais, a entrada dos turistas no nosso país, mas isso podia, na minha opinião, ser acompanhada da cobrança de uma taxa, não esforçando o Governo no OGE, porque o Governo tem dificuldades na arrecadação de fundos e, de certa medida, está a subcarregar a nossa população com impostos. No fundo, a minha interpretação é para fazer face a essas despesas ou as receitas que poderiam advir de outras actividades, nomeadamente nessa questão facilitação das pessoas que entram no nosso país, com a isenção de vistos.

Na essência da pergunta, gostaria de saber se houve um estudo do impacto financeiro que acautelasse os benefícios que o País poderia vir a ganhar com a introdução dessa medida. Porque ouvi aqui o Sr. Ministro dizer que as receitas que provinham de vistos nos consulados eram usadas de forma ilegal, o que significa que, se as receitas não tinham um controlo para a atribuição dos subsídios, não tinham um controlo do próprio Ministério das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, gostaríamos somente que o Sr. Ministro pudesse anotar as solicitações, porque temos inscritos e gostaríamos de esgotar os mesmos, para depois passarmos as respostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, bom dia. O Sr. Ministro na sua introdução fez alusão a um aspecto que achei importante, que tem a ver com a melhoria do desempenho das missões diplomáticas, isto é, no sentido de mobilizar mais recursos e meios para o programa de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Portanto, acho importante e salutar essa medida, tendo em conta a característica do nosso país, mas essa melhoria certamente acarretará mais exigências, no ponto de vista financeira, ao Governo.

Ora, não queria ser repetitivo, tendo em conta a saída dessa fonte de receita que é a isenção de vistos, e houve uma pergunta do Sr. Deputado Aérton, para saber se o impacto financeiro dessa medida não iria afectar efectivamente a receita do País. Eu gostaria de saber, em termos de custo benefícios, pelo número de turistas que vão entrando e o propósito que temos de melhorar efectivamente essa diplomacia económica, se esse impacto nos é positivo ou não.

Se o Governo tem já, desde a aplicação dessa medida, alguma meta, algum barómetro que nos possa informar dessa melhoria, sobretudo o Sr. Ministro das Finanças, certamente teria isso, porque sabemos que não é uma medida que possa trazer benefícios imediatos, podem ser de longo tempo, mas de qualquer forma, para melhorar o desempenho, vai implicar mais acções, o Governo tem que gastar mais dinheiro, fazer mais seminários, mais reuniões. Daí que com a isenção de vistos está-se a esforçar mais o orçamento nacional, porque não existem essas receitas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, tenho uma questão e uma nota.

Quando o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros respondeu à minha preocupação, fez menção a mil e tal euros. Honestamente, acho que temos que ter em conta a realidade interna de cada país. Não sou economista, mas com mil e tal euros em São Tomé e Príncipe o cidadão pode até se virar bem, eu não creio que um cidadão que pague uma renda de 400 e tal a 500 euros, que tem filhos em infantários, veja mil e tal euros como um rendimento que justifique esse trabalho excessivo. Não é uma pergunta, mas me senti na obrigação de dizer isso, porque às vezes dá-nos a sensação que a cifra é enorme, até já se disse aqui «mais que deputado». É verdade, mas tem-se que ter em conta essas realidades.

A minha pergunta, que é a última, quando o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros fez a nota introdutória, disse que está cá, creio ter entendido assim, o Director de Projectos da Malásia, que a partir de 2016 o País iria já beneficiar de apoio...

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**: — Vai entrar para a lista em 2016.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Ah, a entrar para lista em 2016. Já não tenho mais questões. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saudar o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Vejo aqui no orçamento várias embaixadas, algumas que já existiam, outras parecem ser novas. A República Federativa do Brasil, não sei se já existia, a do Reino Unido – Inglaterra, e depois vejo aqui, porque o Sr. Ministro acabou de nos dizer que a Embaixada de Cabo Verde já é uma realidade. Já tem espaço, já tem tudo, brevemente vai estar em funcionamento, mas vejo aqui no orçamento «consulado de São Tomé e Príncipe na República de Cabo Verde». Portanto, são esclarecimentos que eu gostaria de ter, se vamos ter uma embaixada ou se vamos manter o consulado, tanto como essas novas embaixadas. Depois há a questão da sustentabilidade, Sr. Ministro. Como é que o Governo está a prever isso, se abriu mais embaixadas? Como é que está a questão da sustentabilidade, para garantir a permanência e o funcionamento dessas embaixadas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**: — Sr. Presidente, gostaria de responder uma parte da questão e deixar uma outra para o Sr. Ministro das Finanças, que já tinha pedido a palavra.

Eu queria voltar à questão das receitas consulares e da isenção de vistos. Queria explicar aos Srs. Deputados que em nenhum momento as receitas consulares faziam parte do orçamento das embaixadas. A utilização, até há bem pouco tempo, das receitas consulares pelas embaixadas, tem vindo a ser uma utilização indevida. Sabem porquê? Porque senão eles teriam dois orçamentos. O que está estabelecido na lei é que os emolumentos cobrados pelas missões diplomáticas são repartidos da seguinte forma: 15% para o pessoal que presta serviço nos serviços consulares das missões diplomáticas; 20% para a compra de meios e materiais que as missões diplomáticas precisam para o seu funcionamento e 65% deve entrar para a chamada conta de tesouro. Nalgumas embaixadas nossas isso tem sido uma realidade. Só que há

algumas, por exemplo a de Lisboa, que tem um problema, que é o problema dos doentes. Muitas vezes esta parte que deveria ir para a conta do tesouro, é usada pela embaixada para atender aos casos de emergências ou casos decorrentes de doentes que são evacuados e que estão em Lisboa muitas vezes em uma situação bastante difícil. Portanto, as embaixadas não podem ter dois orçamentos. Elas têm um orçamento. Portanto, é este esclarecimento.

Quando se diz que se tirou os vistos e as embaixadas ficaram pobres, significa dizer que elas tinham dois orçamentos. Elas não tinham dois orçamentos. Os actos praticados nos consulados, das missões diplomáticas, não são só cobrança de vistos. Há outros actos. Há a emissão de passaportes, há a emissão de cartões consulares, há as empresas que recorrem aos nossos serviços para se legalizarem, há uma série de actos que são praticados pelos serviços consulares. O visto é um desses actos, há muitos outros e todos esses actos são cobrados. Portanto, é preciso que esse esclarecimento seja dado a todos, para se ficar a saber que não é só de vistos que as embaixadas vivem ou viviam.

O que queremos fazer é repor as coisas. Se eventualmente houver a necessidade de utilização de 75% das receitas que pertencem ao tesouro por qualquer embaixada, temos que fazer a dedução disso, quando tivermos que fazer um processo de transparência. Só o caso de Lisboa concretamente é que muitas vezes temos que ter em consideração e é essa situação que vos descrevi aqui dos doentes. Antes eram estudantes e doentes, hoje só são os doentes. Isso é um aspecto da questão.

O Sr. Deputado Maquengo levantou a questão de isenção, eu expliquei, o Sr. Deputado Danilson Cotú disse que com mil e tal euros não se pode viver em Portugal, é verdade, eu também estou de acordo, partilho isso convosco, mas o salário mínimo em Portugal são 535 euros e agora com o Governo de António Costa. Portanto, meus caros, estamos a falar de um país como São Tomé e Príncipe que vive de apoio de outros. Temos que ter consciência do que estamos a fazer.

O que estou a dizer é que não acho correcto que cada embaixador que chegue a um posto diplomático estabeleça um subsídio para motoristas ou quem quer que seja. Não pode ser! Tem de haver uma norma a partir da capital que regule isso. Todos os motoristas têm um salário X e depois, por aquilo que prestarem adicionalmente, têm uma percentagem X. Mas isso tem que estar regulado. Se não estiver regulado, é muita confusão.

É isso que eu queria explicar em relação a essas questões que levantaram. Outra parte da questão deixo ao Sr. Ministro das Finanças.

Quanto à pergunta da Sra. Deputada Maria das Neves, em relação às embaixadas, no ano passado também foi levantada aqui. Grã-Bretanha, Brasil e União Africana, são três perspectivas que temos de abertura de novas missões diplomáticas. Uma das nossas propostas é ir para a América Latina, e o Brasil deveria ser a primeira porta de entrada, na nossa perspectiva. O valor que está inscrito no orçamento é um valor que corresponde aos passos conducentes à instalação da embaixada. Houve em tempos com o Brasil um arranjo, no quadro da CPLP, e o Brasil estava disponível para financiar a criação de uma embaixada de São Tomé e Príncipe no Brasil, durante 5 anos, mas para isso, antes desses passos, tínhamos que iniciar, ir ao Brasil, negociar, ver os espaços, como fizemos em relação a Cabo Verde.

Infelizmente, hoje o Brasil está na situação em que está e estamos ainda numa marcha um bocado lenta em relação ao processo.

Com relação à União Africana, tínhamos também já garantido um espaço da parte do Brasil, em que o nosso objectivo era colocar um diplomata para atender às solicitações ou às necessidades do País, em relação a União Africana, porque sendo a única e a mais alta instância continental, fica muito mal para São Tomé e Príncipe não ter lá pelo menos uma pequena representação. Estamos a trabalhar no sentido de concretizar esse sonho do nosso país, porque achamos que devemos ter alguém em Adis-Abeba que possa responder em nome da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

O Brasil tinha-nos posto um espaço à disposição, mas o Governo da Etiópia não vê muito bem essa prática de ceder o seu espaço a um segundo país. Portanto, tivemos que parar, mas não desistimos. Continuamos a negociar, agora com o próprio governo Etíope e com o Secretariado da União Africana, para vermos como fazer isso.

Em relação a outra questão, é Cabo Verde, consolado. Há um erro, acho que foi na elaboração do orçamento, porque o que estava no ano passado era consulado e depois houve uma evolução, sobretudo quando o Presidente da República de Cabo Verde visitou São Tomé e Príncipe, no ano passado, chegamos à conclusão que deveríamos abrir uma embaixada. Então, o decreto diz embaixada, só que aqui no orçamento está consulado. Talvez seja bom corrigirmos isso para embaixada. Portanto, a estrutura é embaixada.

Em relação à sustentabilidade das embaixadas, também, no quadro das nossas relações externas, estamos à procura de meios para concretizar esses dois objectivos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública: — Sr. Presidente, acho que grande parte da minha resposta já foi devidamente explicada pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, no que se refere às receitas e emolumentos consulares, bem como receitas provenientes de atribuições de

vistos. Portanto, essas receitas provenientes da atribuição de vistos são uma parte das receitas consulares. É preciso que isso fique bem claro. E mesmo assim, nem toda ela é afectada ao funcionamento das embaixadas. Só uma parte, derivada da própria lei que decorre da utilização das receitas consignadas. Portanto, acho que essa questão sobre a isenção de vistos pode ser uma questão mais banal do que o que se está a pensar.

Em relação à questão do estudo do impacto, acho que podemos fazer essa avaliação, através do aumento das receitas provenientes das actividades turísticas. Não temos aqui, mas podemos depois extrair esses elementos e trazer aqui para esta augusta Assembleia.

Gostaria de dizer que qualquer país potencialmente turístico, que tenha a vocação de receber pessoas, a facilitação da acessibilidade a esse país é uma das condições *sine qua non* para o desenvolvimento dessa actividade. Isso é elementar.

Se me perguntar porque é que o Governo decidiu assim, eu diria «a galinha e o ovo». É elementar e toda gente tem a consciência de que a facilitação de acesso permitirá um aumento do fluxo de turistas. Isso é elementar.

Agora, se tínhamos que taxar, depois para ver como é que vai correr, para depois liberalizar, acho que estaríamos noutra nível de discussões.

Acho que temos dados palpáveis, sem recorrer aos estudos, portanto, amostras que muitas vezes nos permitem tirar certas conclusões, antes de irmos ao detalhe de estudos.

Com o aumento de frequências de voos entre a Europa e São Tomé e Príncipe, é notável os passageiros; o aumento da visita de turistas regionais a São Tomé e Príncipe é outra referência, por isso acho que, para além de mostrarmos aqui os elementos referentes ao aumento das receitas turísticas, podemos tirar conclusões rápidas de que essa medida do Governo veio aumentar, sim, o fluxo de turistas no País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**:— Sr. Presidente, gostaria de aproveitar essa ocasião, antes de passarmos a outra fase, para informar aos Srs. Deputados aqui na Sala que chega hoje a São Tomé e Príncipe uma missão da União Africana. É uma missão do Secretariado Executivo da União Africana, que virá a São Tomé e Príncipe para trocar com as autoridades do País as informações relativas ao plano estratégico da União Africana para o desenvolvimento da África, agenda 2063. Chega hoje à tarde e terá contacto com algumas entidades do País e estamos a preparar uma palestra ao nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para que eles expliquem à Nação são-tomense o que é a agenda 2063. E já incluímos algumas medidas na nossa agenda de transformação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não havendo mais solicitações a fazer, podemos considerar de satisfatória a intervenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Obrigado Sr. Ministro pela abordagem feita.

Encerramos assim os trabalhos com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**:— Como deve ser prática, tenho que dizer qualquer coisa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para a abordagem final.

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**:— Também gostaria de agradecer ao Sr. Presidente da 3.^a Comissão e a sua equipa, Sra. e Srs. Deputados, por nos terem acolhido e por nos terem questionado. Se calhar haveria muito mais questões a colocar, mas tendo em conta a própria realidade que temos hoje, os Srs. Deputados fizeram as perguntas que acharam que deveriam fazer.

Também estamos disponíveis para continuar a esclarecer, na medida do possível, aquilo que for possível fora daqui. Estamos abertos também ao nível do Ministério. Se eventualmente lembrarem de qualquer coisa e se quiserem obter algum esclarecimento, o Ministério estará aberto para esclarecer.

Muito obrigado a todos.

O Sr. **Presidente**: — Quando um diplomata fala, já não resta dúvidas.

Obrigado Sr. Ministro.

Damos assim por encerrado os trabalhos com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

Eram 11 horas e 15 minutos.